

----- **ACTA N.º 09** -----

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2004:**

No dia seis de Maio do ano dois mil e quatro, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Carlos Alberto da Costa Cabral, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, da Senhora Vereadora Maria Odete dos Santos da Isabel e dos Senhores Vereadores, João Manuel Ferreira Louzado, Fernando José Ferraz da Silva e Delfim Manuel Neves Martins. O Senhor Vereador Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, não compareceu na reunião, por estar presente na Assembleia da República.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho.

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos foram tomadas as seguintes deliberações:

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta n.º 08 da reunião ordinária realizada em 22 de Abril de 2004.

**PLANO DE PROMOÇÃO DA REGIÃO CENTRO NO ÂMBITO DO
EURO 2004:**

CONTRATO-PROGRAMA – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Contrato-Programa celebrado em 28 de Abril de 2004, entre a Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Centro e a Câmara Municipal da Mealhada, para implementação do “Plano de Promoção da Região Centro no âmbito do EURO 2004”, designadamente na área do Município da Mealhada, e que se arquiva na pasta anexa ao livro de actas n.º 74, em conformidade com o disposto no art.º 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 334/82, de 19/08. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

TOPONÍMIA NA VILA DO LUSO:

PROPOSTA – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Fernando José Ferraz da Silva, relativa à toponímia da Vila do Luso, que a seguir se transcreve:

----- **PROPOSTA** -----

ASSUNTO: TOPONÍMIA

PROPÕE-SE A ATRIBUIÇÃO DOS SEGUINTE NOMES A RUAS DA ZONA URBANA DA VILA DO LUSO:
ALAMEDA CASSIANO BRANCO (FRENTE AO GRANDE HOTEL, ENTRE A RUA DA IGREJA E A DR. CID DE
RUA DA TAPADA (NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TAPADA-MOINHOS)
RUA DA QUINTA DA TAPADA (NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TAPADA-MOINHOS)
TRAVESSA DO MERCADO (PERPENDICULAR À RUA DO BALANÇO)

TRAVESSA À AV. EMÍDIO NAVARRO (ENTRE ESTA E RUA DO BALANÇO)

RUA DAS ACÁCIAS (À ESTRADA DE VISEU)

RUA DA MIRALINDA (ENTRE A COSTA SIMÕES E A COSTA SIMÕES-LADO POSTERIOR)

RUA DAS MIMOSAS (ENTRE A BOMBA GALP E RUA DOS MOINHOS)

RUA PORTO DO SERPA (ENTRE A ESTRADA DE VISEU E PORTA DO SERPA)

MEALHADA, 29 DE ABRIL DE 2004

O VEREADOR (FERNANDO JOSÉ FERRAZ DA SILVA).-----

A referida proposta encontra-se anexa uma planta com identificação dos arruamentos, a qual fica arquivada, bem como a proposta, na pasta anexa ao livro de actas n.º 74. A Câmara Municipal deliberou ainda dar conhecimento da designação dos arruamentos às entidades competentes, nomeadamente à Conservatória do Registo Predial da Mealhada, Junta de Freguesia e C.T.T.-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES

(A.N.M.P.):

REDE DE ATENDIMENTO DOS CTT. PREÇO DAS ENCOMENDAS POSTAIS

— A Câmara Municipal tomou conhecimento pela circular n.º 59/2004 de 21/04/2004, da posição da A.N.M.P. sobre a rede de atendimento dos CTT e preço das encomendas postais.

O Senhor Presidente referiu que as alterações propostas nas Estações de Correios do Luso e Pampilhosa, não foram comunicadas à ANACOM como a lei exige, de acordo com o teor do Fax enviado pela referida entidade.-----

COMISSÃO DE UTENTES CONTRA AS PORTAGENS NO IP5.

A25:

ABAIXO-ASSINADO — A Câmara Municipal analisou o ofício remetido pela Comissão de Utentes contra as Portagens no IP5. A25, bem como o Abaixo-Assinado que acompanha o referido ofício.

O Senhor Vereador João Louzado referiu que não conhecendo todo o percurso do IP 5 e não sabendo por isso se existem percursos alternativos, não pode pronunciar-se sobre a matéria, apesar de entender que o princípio do utilizador pagador se deve sobrepor ao de todos pagarem. Apesar de os valores cobrados actualmente serem demasiado elevados, são ainda assim mais justas do que concessões, já que de forma indirecta todos pagam com os elevados impostos.-----

O Senhor Vereador Ferraz da Silva apresentou a intervenção escrita, que a seguir se transcreve:-----

IP5

Estou de acordo com a petição apresentada pela Comissão de Utentes.

Não sei qual é a estratégia deste Governo em termos de auto estradas, mas não percebo porque razão umas são gratuitas e outras são pagas.

A Via do Infante entre Vila Real de Santo António e Lagos, é gratuita, talvez por causa dos turistas, são estrangeiros, merecem regalias não extensíveis aos nacionais; a ligação Porto - Viana do Castelo em auto

estrada, é gratuita , sem explicações; partes da A8, entre Loures e Leiria, são gratuitas, não se sabe porquê. Por outro lado, a A 14, entre Coimbra e Figueira da Foz, é paga; partes da auto-estrada da Guarda Torres Novas, não são.

Enfim, uma anarquia própria dum Estado que é o pior 'estado' desde o 25 de Abril e não é preciso muita boa vontade para dizer, mesmo desde os tempos de Marcelo Caetano.

Quanto ao IP 5, projectado desde o início como via estruturante de primeira importância para a região centro e para o país, é um acto dum cegueira extrema transforma-lo numa acessibilidade paga. Em prejuízo da nossa região, dos distritos da Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria e de Portugal.

Não podemos esquecer que é por esta via que se faz o nosso maior movimento em exportações e importações de mercadorias com a Europa.

Quando se fala em competitividade, fala-se evidentemente em criar meios de chegar fácil, comodamente e aos menores custos ao mercado dos 450 milhões que agora somos e as acessibilidades, já de si difíceis pela marginalidade da nossa situação geográfica são um meio fundamental para os atingir e favorecer essa agressividade tão necessária aos nossos produtos e ao nosso país.

O mundo de hoje, o mundo da globalidade, é um desafio que avança para quem tem os melhores meios e esta via estruturante, na nossa pequena dimensão, é sem dúvida um grande meio na via do progresso, do desenvolvimento e do futuro.

Não o entende assim o Governo...

Quanto melhor e benéfico para todos nós, não será satisfazer os caprichos pessoais de ministros loucos e amimados, para não lhes chamar outros nomes, e gastar uns milhões dos impostos que saem dos bolsos dos portugueses na compra de submarinos que não sabemos para o que vão servir... mas de certeza vão dar emprego a trabalhadores na Alemanha. Quanto à Sorefame, onde os trabalhadores são portugueses, fecha-se sem qualquer comentário, ou pior, com promessas e mentiras.

Quando melhor não é fazer luzir as fardas dos almirantes dum armada que não temos senão na cabeça de arcaicos criadores de hipotéticos fantasmas, invasores da nossa pátria!!!!

Quão simples é reduzir o déficit à custa da venda de património (basta ter a 4ª classe e fazer umas contas de somar e subtrair)

Corrigir o nosso sistema económico, o nosso sistema fiscal, motivar os investidores e a partir daí suportar um deficit sustentado, não passa pela trapaça de transformar 5,5 por cento em 3 por cento à custa de habilidades contabilísticas, é outra coisa bem diferente que exige saber e competência que a ministra das Finanças não tem.

Que importância tem o desemprego, sobretudo dos nossos jovens, ou a miséria dos ordenados, ou a decadência das empresas, ou até o vergonhoso fracasso dum simples concurso em que o Ministério da

Educação passa um atestado de analfabetos e quarenta mil professores licenciados?

Como há-de pois um Governo destes, ou desgoverno destes, preocupar-se com as coisas que dizem respeito à vida dos portugueses, quando há a promiscuidade do futebol para tratar, os tais submarinos para comprar, o terrorismo para combater, as casas pias para inventar, etc, etc, etc

Um IP 5 estruturante? Saberão os que mandam neste país o que é um IP5 estruturante e a importância que tem para esta região e para este país?

Até chegamos a duvidar...!-----

Ferraz da Silva.-----

A Senhora Vereadora Odete Isabel referiu, que as vias de circulação são feitas para serem utilizadas livremente, como tão bem referiu o Senhor Ferraz na sua intervenção e que subscreve na integra.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Senhora Vice-Presidente, da Senhora Vereadora Odete Isabel e dos Senhores Vereadores Ferraz da Silva e Delfim Martins, e com a abstenção do Senhor Vereador João Louzado, subscrever o abaixo-assinado, contra a introdução de portagens no IP 5.A 25.-----

VARIANTE A BARCOUÇO:

INFORMAÇÃO – A Câmara Municipal analisou o pedido de prorrogação de prazo apresentado por MANUEL FRANCISCO DE ALMEIDA, S.A., empresa adjudicatária da empreitada mencionada em epígrafe, bem como as informações do Senhor Fiscal da Obra e do Chefe da Divisão de Obras Municipais, datadas de 22 de Abril e de 28 de Abril, respectivamente, sobre o assunto, tendo deliberado, por unanimidade e em minuta, conceder uma prorrogação graciosa do prazo até ao dia 5 de Julho de 2004.-----

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:

ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES – A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos por despachos do Exmo. Presidente da Câmara, exarados de 22 de Abril a 5 de Maio de 2004, em conformidade com as competências que lhe foram delegadas ao abrigo do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

T.U.R.-EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS:

PROC.º DE OBRAS N.º515/03 – Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o projecto de arquitectura, condicionado ao cumprimento do previsto no n.º 4 da informação técnica n.º 3, de 15 de Abril de 2004, bem como dispensar o requerente da obrigação de criação de onze lugares para estacionamento por tal ser tecnicamente inviável.-----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO:

Esteve presente o Senhor José Azevedo, para intervir sobre a questão do acesso da sua propriedade à actual EN 234 (acesso à Auto-Estrada) referindo que se sente discriminado, pois têm sido autorizados acessos directos como é o caso das novas bombas de gasolina, não havendo qualquer resolução para a sua pretensão, nem mesmo criando um acesso paralelo como propôs à Direcção de Estradas de Aveiro.-----
O Senhor Presidente esclareceu que o assunto é da competência daquele organismo.-----

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA – Nos termos do disposto no art.º 83º. da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, analisar o assunto que não consta da Ordem do Dia, que a seguir se indica:-----

1)REGISTO DE PAGAMENTOS – A Câmara Municipal tomou conhecimento do Registo de Pagamentos, de Operações Orçamentais no valor de 1.257.421,92€ e de Operações de Tesouraria no valor de 76.877,96€, efectuados de 1 a 30 de Abril de 2004.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, de tudo para constar se lavrou a presente acta, que eu, Cristina Maria Simões Olívia, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, subscrevo e assino.-----
